

## **AGRONEGÓCIO NOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: impactos do cooperativismo holandês no espaço rural**

Bruno Bonsanto Dias<sup>1</sup>

### **Resumo**

O trabalho discute o impacto fragmentador da paisagem rural dos Campos Gerais do Paraná provocado pelas cooperativas de imigrantes holandeses a partir da década de 1960, período que coincide com a adoção de um modelo agrícola altamente mecanizado. São apresentadas as peculiaridades da geodiversidade dos Campos Gerais do Paraná, destacando os embates políticos em torno do projeto de lei nº527/2016 que pretende reduzir os limites da APA da Escarpa Devoniana. Nesse sentido, o trabalho destaca o elo político estabelecido entre as cooperativas holandesas (Batavo/Frísia, Castrolanda e Capal) com as políticas de Estado voltadas à produção agrícola e o conseqüente avanço das monoculturas mecanizadas sobre essa unidade de conservação paranaense. A metodologia se baseou em trabalhos de gabinete e de campo, onde foram apresentados tabelas, figuras e mapas presentes no trabalho.

**Palavras-chave:** Estado; fragmentação da paisagem; modernização conservadora;

### **Introdução:**

O presente trabalho propõe realizar uma investigação sobre a relação entre o cooperativismo agropecuário e as políticas de Estado responsáveis por conduzir a agricultura dos Campos Gerais do Paraná ao processo de modernização.

Tomando como recorte espacial o Paraná Tradicional (CUNHA, 2003), região onde se situa os Campos Gerais, busca-se refletir sobre o impacto fragmentador da paisagem rural provocado pelas cooperativas de imigrantes holandeses a partir da década de 1960, período que coincide com a adoção de um modelo agrícola altamente mecanizado e compatível com o conjunto de práticas oriundas da Revolução Verde.

Esse modelo de agricultura se sustenta a partir de uma premissa fundamentalmente imediatista, que consagra a esfera econômica (produtividade) acima de qualquer outra. Portanto, não considera – ou finge não considerar – que o pacote de insumos, agrotóxicos e técnicas utilizadas nas lavouras da região pode comprometer a sustentabilidade do sistema hídrico e a integridade do ecossistema dos Campos Gerais.

Diante desse cenário, os campos nativos desta região estão se tornando fragmentos isolados na paisagem, onde agora predominam grandes monoculturas. Nesse início de século XXI, raros são os remanescentes florestais dos Campos Gerias. Tais remanescentes ainda

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Professor do Quadro Próprio do Magistério da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. e-mail: [brunobdias@gmail.com](mailto:brunobdias@gmail.com)

podem ser observados nas Unidades de Conservação da região, a exemplo do Parque Estadual de Vila Velha, do Parque Estadual do Canyon Guartelá (MELO; MORO; GUIMARÃES, 2007) e na Área de Preservação Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana.

Entretanto, em novembro de 2016, foi apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná o projeto de lei nº527/2016 que pretende alterar os limites da APA da Escarpa Devoniana. A tramitação deste projeto ganhou forte apelo midiático e tem chamado a atenção de diversos setores da sociedade civil, uma vez que propõe uma redução de aproximadamente 70% do atual limite territorial desta unidade de conservação.

Nesse sentido, o trabalho destaca o elo político estabelecido entre as cooperativas holandesas (Batavo/Frísia, Castrolanda e Capal) com as políticas de Estado voltadas à produção agrícola e o conseqüente avanço das monoculturas mecanizadas. Esse recorte temático se justifica na medida em que a história do cooperativismo agropecuário brasileiro - e do cooperativismo agropecuário paranaense - esteve intimamente ligada aos interesses do Estado em seu projeto modernizador aplicado ao espaço rural.

Os procedimentos metodológicos estão baseados em pesquisas de gabinete e diretamente em campo. Foi realizada uma ampla revisão bibliográfica acerca do cooperativismo agropecuário no Brasil e Paraná, do histórico das cooperativas de imigrantes holandeses objetos desse estudo, além de uma abordagem sobre algumas políticas públicas voltadas ao setor cooperativista e, especificamente, sobre o projeto de lei nº527/2016.

Também foram consultadas informações em instituições como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), Fundação ABC e nos Relatórios Anuais das Cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal. O trabalho também contou com a execução de uma entrevista com uma instituição de pesquisa agropecuária vinculada às cooperativas.

O trabalho inicia-se com uma discussão sobre a articulação entre o Estado e o cooperativismo agropecuário, demonstrando como as políticas agrícolas aplicadas ao cooperativismo conduziram essas instituições na adoção de um modelo modernizador de produção agrícola, contribuindo para o crescimento vertical e horizontal de muitas cooperativas agropecuárias.

Posteriormente, apresenta-se uma caracterização histórica e geográfica sobre a região dos Campos Gerais do Paraná, destacando o processo de fragmentação da paisagem natural provocado pelo avanço das monoculturas mecanizadas. Esse processo teve forte condução das

cooperativas de imigrantes holandeses, repercutindo sobre a estrutura agrária da região além de acarretar mudanças no perfil ambiental do ecossistema dos Campos Gerais.

Por fim, serão discutidas as possíveis repercussões e o *lobby* das cooperativas sobre o projeto de lei nº527/2016. Cabe ressaltar que o embasamento técnico e a tramitação política deste projeto de lei possuem respaldo das cooperativas e das entidades ligadas ao agronegócio da região. Nesse sentido, o trabalho apresenta os mecanismos de resistência e os conflitos que estão sendo travados em torno do projeto de lei por grupos ambientalistas e preservacionistas contra entidades ligadas ao setor ruralista do estado do Paraná.

### **Cooperativismo e Estado: breves considerações sobre o caso paranaense**

No contexto da economia agrícola brasileira, as cooperativas agropecuárias foram agentes eficazes do Estado no processo de modernização da agricultura, colaborando para o avanço das relações capitalistas ao setor rural (PINHO, 1977). De maneira específica, o Estado acompanhou e interviu de forma direta nos rumos do cooperativismo agropecuário brasileiro, estimulando projetos de financiamento, refinanciamento de dívidas, além de fornecer vastas linhas de crédito voltadas à criação dos complexos agroindustriais (SERRA, 2013).

Um argumento que justifica a ação intervencionista do Estado em relação às cooperativas, se deve ao fato de que elas “correspondem a uma estrutura econômica intermediária que tem um papel fundamental para amenizar os riscos aos quais estão expostos os produtores individuais, num mercado altamente oligopolizado, como é o segmento agroalimentar” (CUNHA, 2011, p.144).

Por outro lado e, de maneira contraditória, o incentivo dado pelo Estado para que as cooperativas agropecuárias alinhem-se aos ditames do processo de modernização da agricultura, exige que suas práticas de mercado se tornem praticamente as mesmas de uma corporação agroindustrial. Cabe ressaltar que o ideal cooperativista, quando concebido na Inglaterra do século XVIII, emergiu como uma proposta de contraposição e superação ao modelo de reprodução capitalista.

Sabe-se, entretanto, que o ideal progressista alimentado pelo cooperativismo acabou tomando outros desdobramentos, principalmente quando observadas as ações de cunho econômico. Neste sentido, Fajardo (2008, p.16) constatou que as “cooperativas passam não mais a constituir um modelo alternativo ao capitalismo, mas uma alternativa para alguns

grupos acumularem mais capital, eliminando atravessadores e beneficiando-se das políticas de Estado”.

O caso do Paraná ilustra bem esse processo. A partir da década de 1970, as cooperativas agropecuárias passaram a compor um quadro de disputas territoriais no espaço rural, com as chamadas *tradings* agrícolas. Ambas foram fortemente amparadas por políticas de Estado que visavam aumentar a produção de *commodities* agrícolas voltadas ao mercado externo (FAJARDO, 2008).

Na região Sul do Brasil e, em especial, no Paraná, o desempenho econômico das cooperativas agropecuárias estimulou a associação destas junto aos projetos de desenvolvimento regional, tendo explícito o apoio e fomento do Estado (CAZAROTTO; PEREIRA, 2012). A ação das cooperativas agrícolas no Paraná foi decisiva na indução dos processos de industrialização baseada em tecnologias mais avançadas. Assim, as cooperativas passam a compor o conjunto do setor agroindustrial estado, baseado no processo de instalação do Complexo Agroindustrial (MAZZALI, 2000), que orientou o estabelecimento do modelo do chamado “Agronegócio” (ELIAS; PEQUENO, 2006).

Os dados obtidos por meio da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR, 2016) revelam que as 69 cooperativas agropecuárias registradas na entidade representam cerca de 56% da produção agropecuária do estado e deste percentual, 48% corresponde a produtos industrializados. Além disso, aproximadamente um terço dos produtores rurais do estado integra alguma cooperativa.

Dentro do contexto brasileiro, e mais especificamente na região Sul, o cooperativismo esteve historicamente vinculado aos processos de imigração. Diversos grupos de imigrantes europeus trouxeram consigo o modelo de cooperativismo do velho continente para ser reproduzido em terras brasileiras.

No início do século XX, a mesorregião Centro Oriental do Paraná<sup>2</sup> se tornou palco de três importantes projetos de imigração holandesa que resultaram na criação das colônias de Carambeí, Castrolanda e Arapoti.

A primeira colônia holandesa da região foi criada no ano de 1911, quando, no atual município de Carambeí (antigo distrito de Castro), fixaram-se os imigrantes holandeses vindos da região de Gonçalves Junior (município de Irati). Anos mais tarde, em 1951, já

<sup>2</sup> Composta por 14 municípios do estado: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Jaguariaiva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania (IPARDES, 2004).

estabelecido o primeiro núcleo, foi criada a colônia de Castrolanda, no município de Castro. E, posteriormente, em 1960, surge a colônia holandesa no município de Arapoti (KOOY, 1996).

Em cada colônia, os imigrantes se organizaram em torno do ideal cooperativista. Em 1925, na colônia de Carambeí, surgiu a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios, contando inicialmente com apenas nove associados. Dessa cooperativa, originou-se, em 1928, a marca Batavo, que, ao longo da sua trajetória, teve grande representatividade no setor de laticínios do país. Na colônia de Castrolanda, em Castro, foi instituída a cooperativa Castrolanda no ano de 1951. E em Arapoti, no ano de 1960, fundada a Cooperativa Agroindustrial (Capal).

Criadas dentro de um contexto político e econômico específico, as cooperativas Batavo, Castrolanda e Capal construíram um forte legado cooperativista e foram responsáveis por dinamizar a conjuntura econômica e o arranjo territorial da região, além de tornarem-se elementos importantes da formação sócio espacial dos Campos Gerais.

A ação territorial dessas cooperativas resultou na criação de um arranjo industrial responsável por transformar a região dos Campos Gerais do Paraná num polo nacional do segmento leiteiro, referência no processamento industrial de leite e derivados.

No entanto, por mais que essas cooperativas tenham se especializado na pecuária leiteira e no processamento de leite e derivados, não deixaram de lado outros segmentos da atividade agropecuária. Ao longo de suas trajetórias, adotaram diversos mecanismos de gestão e estratégias de mercado para inserir sua produção junto às exigências do mercado agrícola.

Portanto, a próxima sessão demonstra como as cooperativas holandesas introduziram mecanismos técnicos específicos que resultaram na adoção e no desenvolvimento das lavouras mecanizadas no espaço rural dos Campos Gerais do Paraná.

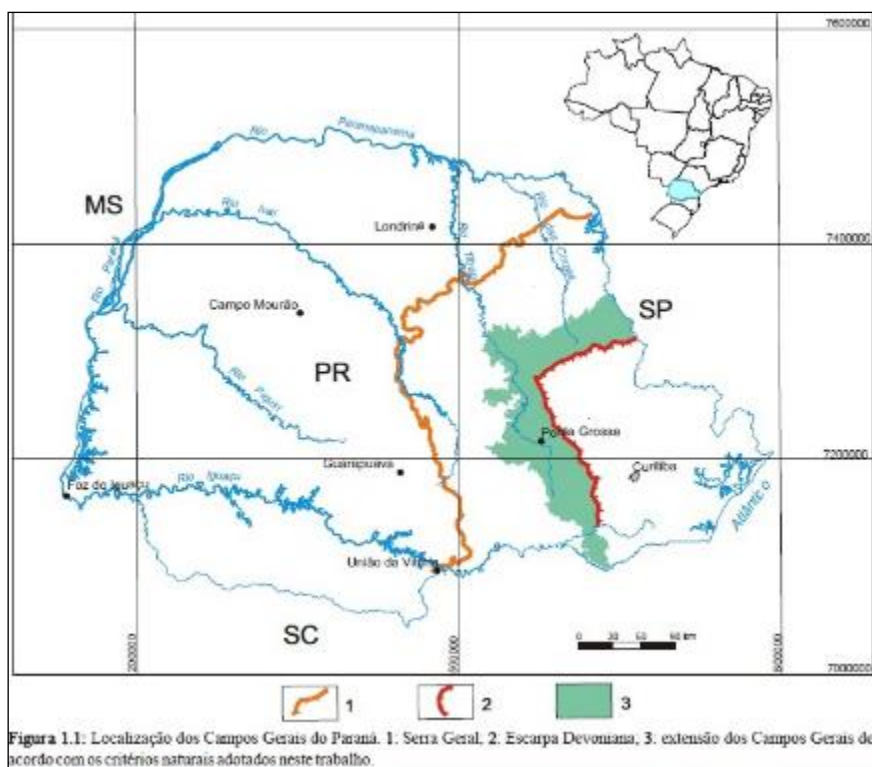
### **As Cooperativas de Imigração Holandesa: adoção do modelo do agronegócio e a fragmentação da paisagem dos Campos Gerais do Paraná**

Inserida no Paraná Tradicional, a região geograficamente identificada como Campos Gerais se caracteriza pela presença de uma paisagem peculiar. O tempo geológico dotou a região de uma paisagem composta por elementos específicos no que se refere aos domínios biofísico e geomorfológico.



Situado na porção oriental do Segundo Planalto Paranaense (Figura 1), a região dos Campos Gerais possui uma paisagem constituída, originalmente, por campos limpos e úmidos, cercados por capões ou matas de galeria – formadas pela floresta ombrófila mista (mata de araucária) – apresentando, para alguns observadores, certa semelhança ao bioma do cerrado (MAACK, 1948).

A estrutura geológica da região é composta por um embasamento rochoso que integra a Bacia Sedimentar do Paraná, cuja composição se dá basicamente de rochas sedimentares intercaladas por diques de diabásio, resultando numa tipologia de solo com características arenosa e rasa. Devido a sua natureza, o solo dos Campos Gerais apresenta baixa fertilidade e, conseqüentemente, baixa aptidão para as atividades agrícolas (GUIMARÃES, et. all, 2007).



**Figura 1:** Localização dos Campos Gerais do Paraná. Fonte: MELO, M.S; MORO, R.S; GUIMARÃES, G.R, 2007.

O processo de formação territorial dos Campos Gerais está intimamente vinculado com atividades econômicas extrativistas. A região vivenciou os ciclos do tropeirismo no século XVIII, da erva-mate e da madeira no século XIX e início do século XX. Todas essas atividades econômicas foram embasadas sob uma estrutura agrária constituída por grandes latifúndios, complementados por um setor de produção de subsistência em pequenas áreas (IPARDES, 2004, p.71).

Em outras palavras, essas atividades econômicas foram responsáveis por constituir uma matriz latifundiária regional que se perpetua ao longo da história. Consequentemente, um levantamento do IPARDES (2004, p.71) constatou que as mesorregiões Centro Oriental (onde se insere os Campos Gerais) e Centro Sul paranaense apresentam os maiores índices de concentração fundiária do estado.

De certa forma, o avanço da fronteira agrícola e o modelo de agricultura liderado pelas cooperativas holandesas contribuíram para perpetuar e acentuar a existência de grandes propriedades rurais na região.

Durante a década de 1960 o espaço rural brasileiro passava a se orientar em torno do novo 'ouro verde' do agronegócio. O florescimento da soja enquanto *commodity* agrícola alterou, significativamente, a economia do setor agropecuário do país. Dessa forma, o Estado direcionou suas ações para que o cooperativismo também pudesse se alinhar ao novo modelo de produção agrícola que começava a despontar.

Nesse sentido, a partir de meados da década de 1960, as cooperativas holandesas passaram a produzir *commodities* agrícolas (soja, milho, trigo), voltadas, em sua maior parte, à exportação, acompanhando a dinâmica econômica da agricultura de grande escala que começava a se desenvolver no país.

Mas se intensificar o nível de mecanização, os cooperados começaram a constatar alguns sinais de desgaste e esgotamento das propriedades do solo da região. Sendo assim, para introduzir uma agricultura intensiva e de larga escala nos Campos Gerais, tornou-se necessário desenvolver um mecanismo técnico que contornasse os problemas de um solo arenoso e facilmente suscetível à erosão.

Foi a partir dessa problemática que adveio o emprego do plantio direto, técnica agrícola que começou a ser desenvolvida na Inglaterra (1950), EUA e Alemanha (1960). O plantio direto procura economizar energia no trabalho de aração, praticando-se o plantio das novas sementes diretamente na palha da colheita anterior, evitando, assim, o processo de revolvimento da terra.

A aplicação desse método no solo dos Campos Gerais foi um grande sucesso, estimulando o desenvolvimento de pesquisas e aperfeiçoamento técnico. Assim, com os benefícios do plantio direto, as cooperativas holandesas ganharam mais autonomia no desenvolvimento da agricultura.

Além disso, o emprego do plantio direto garantiu solidez e sustentabilidade econômica ao modelo de agricultura que começava a ser promovido pelas cooperativas holandesas. Devido ao seu sucesso, a técnica se disseminou pela agricultura dos Campos Gerais, possibilitando o cultivo de grandes culturas. A partir desse momento, as cooperativas estariam preparadas para se integrar à lógica da agricultura moderna, baseada na expansão das lavouras mecanizadas.

O plantio direto também foi responsável por viabilizar a utilização das áreas de campos nativos considerados de baixo potencial agrícola. Diante desse fato

as áreas de campos nativos sofreram drástica redução com o advento do plantio direto, desrespeitando-se frequentemente as áreas de preservação permanente nas zonas ripárias, nos locais onde o cultivo com máquinas foi possível (NETO; ROCHA, 2007, p.183).

Sendo assim, as pesquisas em plantio direto desenvolvidas pelo Departamento de Assistência Técnica das Cooperativas, possibilitaram aos colonos holandeses, vinculados às cooperativas, contornar os problemas físico-químicos do solo dos Campos Gerais, cuja propriedade é marcada pela alta suscetibilidade aos processos de lixiviação e erosão pluvial.

Portanto, uma vez solucionado o problema da baixa aptidão agrícola nos Campos Gerais, as cooperativas Batavo, Castrolanda e Capal passaram a investir fortemente na expansão de suas áreas de cultivo. Para isso, apostaram na aquisição de terras dos pequenos proprietários locais. O aumento da produção possibilitou às cooperativas, já na década de 1970, que contassem com um grande suporte de infraestrutura para receber, secar, estocar e comercializar grãos.

Além do mais, a região também é um polo industrial nas atividades de base florestal, principalmente nas indústrias de papel e celulose. Muitas empresas têm disseminado o cultivo, em larga escala, da espécie exótica do *pinus spp* (IPARDES, 2004). Essa atividade, conhecida como silvicultura, vem se expandindo nos Campos Gerais de forma não controlada, atingindo, principalmente, áreas de relevo íngreme, não agricultáveis, e próximas a afloramentos rochosos. Embora sejam providenciadas algumas técnicas de manejo florestal, a silvicultura também se caracteriza como uma monocultura altamente agressiva ao meio ambiente e à fauna local (NETO; ROCHA, 2007, p.183).

Grosso modo, as transformações na paisagem rural dos Campos Gerais foram acentuadas a partir da reprodução dos ciclos econômicos, do processo de colonização e imigração holandesa na região. Da mesma forma, o avanço da fronteira agrícola nos Campos



Gerais beneficiou, diretamente, os latifundiários da região. A concessão de créditos e os subsídios fornecidos pelo Estado, além do processo de arrendamento de propriedades rurais, são medidas que sustentam esse argumento. Assim, as áreas de pecuária tradicional foram reconvertidas em áreas de lavoura comercial (Figura 2), sendo observada uma mudança técnica ou uma reconversão produtiva na região.



**Figura 2: Paisagem rural no município de Castro/PR: sede da Cooperativa Castrolanda aos fundos.**  
Fonte: DIAS, B, 2015.

Nesse contexto, já na década de 1970, a agricultura paranaense representava 23% da área de cultivo de soja do país, contribuindo com cerca de 24% da produção de soja nacional (ALBUQUERQUE, AUED, 2008). No contexto atual, o Paraná se posiciona como o segundo maior produtor de soja do país, *commodity* que alterou significativamente as paisagens rurais do estado.

Os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 comprovam esse ‘despertar da soja’ vivenciado no Paraná a partir do início da década de 1970, onde percebe-se um aumento exponencial na produção por toneladas e na área colhida das lavouras de soja no estado. Esse processo consolidou o estado do Paraná como grande produtor e exportador dessa *commodity* agrícola. Por outro lado, a expansão das monoculturas mecanizadas foi um processo concentrado em grandes latifúndios, além de contribuir significativamente para a fragmentação da paisagem rural e para a redução dos extratos nativos de vegetação dos Campos Gerais.

Ano	Produção (toneladas)	Área colhida (hectares)
1969	213.584	172.401
1970	368.006	304.211
1971	461.746	357.701
1972	638.158	452.692
1973	1.321.418	817.815
1974	2.588.880	1.340.000
1975	3.420.000	1.600.000
1976	4.500.000	2.083.300
1977	4.700.000	2.200.000
1978	3.150.103	2.348.541
1979	4.000.000	2.340.460
1980	5.400.000	2.410.800

**Tabela 1: Produção e área colhida de soja no Paraná: 1969 a 1980.**

**Fonte: Cunha (1986, p.186). Elaborado pelo autor.**

Ano	Produção (toneladas)	Área colhida (hectares)
2011	15.420.000	4.480.000
2012	10.940.000	4.390.000
2013	15.910.000	4.670.000
2014	14.780.000	4.900.000
2015	17.136.000	5.204.000

**Tabela 2: Produção e área colhida de soja no Paraná: 2011 a 2015.**

**Fonte:** [http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/Soja\\_2014\\_15](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/Soja_2014_15). **Elaborado pelo autor.**

Portanto, acompanhando o ritmo de reprodução da agricultura brasileira e paranaense, onde a soja se tornou o elo central da produção agrícola, as cooperativas de imigrantes holandeses, sendo assistidas de perto pelo Estado, procuraram investir fortemente num diferencial técnico produtivo. Para tanto, introduziram animais de qualidade produtiva superior (gado pura origem), expandiram-se horizontalmente através de novas unidades produtivas e de beneficiamento (mediante linhas de financiamento), implantaram o método de inseminação artificial e, principalmente, adotaram o plantio direto como mecanismo de superação da baixa fertilidade do solo.

Essa tradição de investimento em pesquisa agropecuária pelos holandeses teve seu ápice em 1984, quando foi fundada a Fundação ABC. Sediada no município de Castro, esta instituição de pesquisa privada foi a primeira empresa do gênero no país a desenvolver sistemas de tecnologia em plantio direto.

Suas pesquisas passaram a ter como objeto, especificamente, a fração do espaço geográfico na qual estava inserida. Portanto, tornou-se fundamental para a instituição o conhecimento do solo, do clima, dos ventos, das águas, e tudo mais que caracteriza a região dos Campos Gerais (CUNHA, 2011). O pioneiro da cooperativa Batavo, Franke Dijkstra, chegou a relatar que

a Fundação foi criada para “comprovar cientificamente o que a experiência já havia indicado”, demonstrando que os cooperados e a instituição à qual estão associados sempre trabalharam numa linha de buscar, pela pesquisa ou pela experiência assistemática, localizar as demandas da cooperativa e de seus associados, abrindo caminho para as inovações que permitem atender às necessidades dos processos produtivos, administrativos e de todas as demais instâncias da vida comunitária para as quais o cooperativismo procurou dar alternativas (CUNHA, 2011, p.139-141).

Sendo assim, a Fundação ABC passou a funcionar, basicamente, como uma extensão das cooperativas, auxiliando os membros da Batavo, Castrolanda e Capal a obterem maior aperfeiçoamento técnico. Desde sua criação, a instituição desenvolve pesquisas agropecuárias visando ao aumento da produtividade dentro de um modelo técnico-científico de produção. Suas pesquisas são direcionadas a partir das demandas de cada cooperativa.

A assessoria de comunicação da Fundação ABC<sup>3</sup>, em depoimento cedido a este trabalho, alegou que, com a aplicação das técnicas de transgenia agrícola, controle de pragas, manejo do solo, agrometeorologia, entre outras, a região dos Campos Gerais do Paraná se tornou referência nacional em produtividade agropecuária.

O investimento em pesquisa fornecido à Fundação ABC era bancado, até 1995, pelas próprias cooperativas. Entretanto, a partir do final da década de 1980 e início de 1990, a instabilidade financeira do país repercutiu no montante de investimentos que as cooperativas poderiam destinar ao fomento de pesquisas científicas. Deste modo, a instituição adotou uma flexibilização de parcerias, dando início a projetos e pesquisas com outras entidades e

<sup>3</sup> Entrevista realizada na sede da Fundação ABC, Castro/PR, em 15/07/2015.

empresas do setor agropecuário. Mesmo assim, as cooperativas ainda se posicionam como suas principais mantenedoras (FUNDAÇÃO ABC, 2009).

Com todo o respaldo técnico prestado pela ABC, as cooperativas holandesas conseguiram aumentar significativamente os níveis de produtividade, tanto na agricultura quando na pecuária leiteira. A partir dessas iniciativas, tiveram solidez para sustentar o processo de verticalização e o respectivo encaixe ao modelo do CAI.

Sendo assim, podemos afirmar que a verticalização das cooperativas holandesas se tornou viável quando essas assumiram o modelo de agricultura comercial voltado à grande produção de *commodities*, produção que se embasa e depende de um pacote de recursos financeiros, técnicos, científicos e informacionais. São características que comprovam o alinhamento das cooperativas aos ditames do mercado agrícola e do grande capital global, contribuindo para dinamizar o espaço rural dos Campos Gerais.

Sendo o Estado totalmente cúmplice nessa trajetória, a partir da década de 1970 a região dos Campos Gerais passou a apresentar características da agricultura científica, trazidas fundamentalmente junto ao processo de reestruturação produtiva agrícola (BELIK, 1994).

Para as cooperativas holandesas, especificamente, os avanços tecnológicos da agricultura técnico-científica trouxeram benefícios ao segmento leiteiro como, por exemplo, o incremento de sofisticados equipamentos para o beneficiamento da produção, o melhoramento genético das raças de gado, o aperfeiçoamento dos sistemas de circulação e transporte, além do fomento de crédito por parte do Estado. Essas características, quando aliadas, passam a configurar um novo uso agrícola do território na região, fundamentado pelos princípios do meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Embora esse processo tenha proporcionado um crescimento quantitativo na arrecadação das cooperativas e um aumento da produtividade agrícola, deu-se de maneira exclusivamente concentrada. Isso nos leva a concluir que a região dos Campos Gerais vivenciou um processo de modernização conservadora, onde o grande latifúndio modernizou-se, embora a concentração fundiária permanecesse conservada.

Diante dessa conjuntura, as cooperativas acabaram se constituindo enquanto agentes organizadores do espaço regional e integrando, cada vez mais, os pequenos e médios produtores da região à sua equipe de cooperados. O respaldo técnico e o apoio estrutural da

própria cooperativa, facilitando a comercialização da produção, foram fatores determinantes para a cooptação de diversos produtores da região.

Verifica-se, portanto, um processo de expansão horizontal e vertical das cooperativas holandesas no Paraná Tradicional, que consolidou os Campos Gerais como um polo agroindustrial do estado, pois “as elites campeiras regionais sempre souberam se aproveitar das constantes modernizações produtivas, sobretudo pelo controle do aparelho político (uso privilegiado do crédito público), residindo aí seu traço de modernidade” (ALBUQUERQUE; AUED, 2008, p.243).

Consequentemente, a partir da década de 1970, a rede urbana da região, polarizada por Ponta Grossa, tornou-se um polo agroindustrial do Paraná, a partir da atração e instalação de grandes unidades fabris de empresas multinacionais do setor. Através de subsídios e mecanismos de isenção de impostos fornecidos pelo Estado<sup>4</sup>, os Campos Gerais vivenciam aquilo que Albuquerque e Aued (2008) chamam de “secundarização do primário”.

Diante desse processo, os Campos Gerais do Paraná se apresentam neste início de século como uma região de matriz econômica sustentada pelas atividades do agronegócio. Municípios como Arapoti, Carambeí, Castro, Ponta Grossa e Palmeira se destacam pela forte presença das monoculturas mecanizadas. Já os municípios de Imbaú, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Telêmaco Borba se destacam pelas atividades ligadas à silvicultura e a produção industrial de papel e celulose.

A consolidação desse perfil extrativista e latifundiarista, além de ter deixado cicatrizes evidentes sobre a paisagem rural, ganha respaldo da classe política ligada ao setor ruralista do estado. O poder econômico da elite ruralista regional se associa, e até mesmo se confunde, com o poder político representado pela bancada ruralista do Paraná. Essa articulação pode ser vislumbrada no recente projeto de lei nº527/2016, que busca aprofundar ainda mais a expansão da economia latifundiarista sobre os Campos Gerais.

### **A APA da Escarpa Devoniana: entraves do projeto de Lei nº527/2016**

A chamada Escarpa Devoniana é uma formação geológica presente em território paranaense que se configura como um delimitador físico entre o Primeiro e o Segundo Planalto do Paraná (Figura 1). A geologia da Escarpa é sustentada por rochas do período

<sup>4</sup> Todas as empresas do ABCD da soja – ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus – como denomina Fajardo (2008), possuem unidades industriais instaladas em Ponta Grossa/PR.



Devoniano, formadas há aproximadamente 400 milhões de anos. É uma unidade geológica de características peculiares, como destaca Guimarães (2017)<sup>5</sup>,

Um espetacular patrimônio natural, com rios de águas cristalinas em lajeados, cachoeiras imponentes, mananciais de águas superficiais e subterrâneas, capões com araucárias, canyons e despenhadeiros, furnas e cavernas, além de animais como o lobo-guará, suçuarana, tamanduá-bandeira, seriema, gralha-azul, soma-se a um patrimônio cultural que engloba sítios arqueológicos de diferentes tradições indígenas ao registro da rota dos tropeiros e, mais recentemente, à instalação de colônias de imigrantes europeus. Elementos que, entrelaçados, criam uma paisagem única no Brasil.

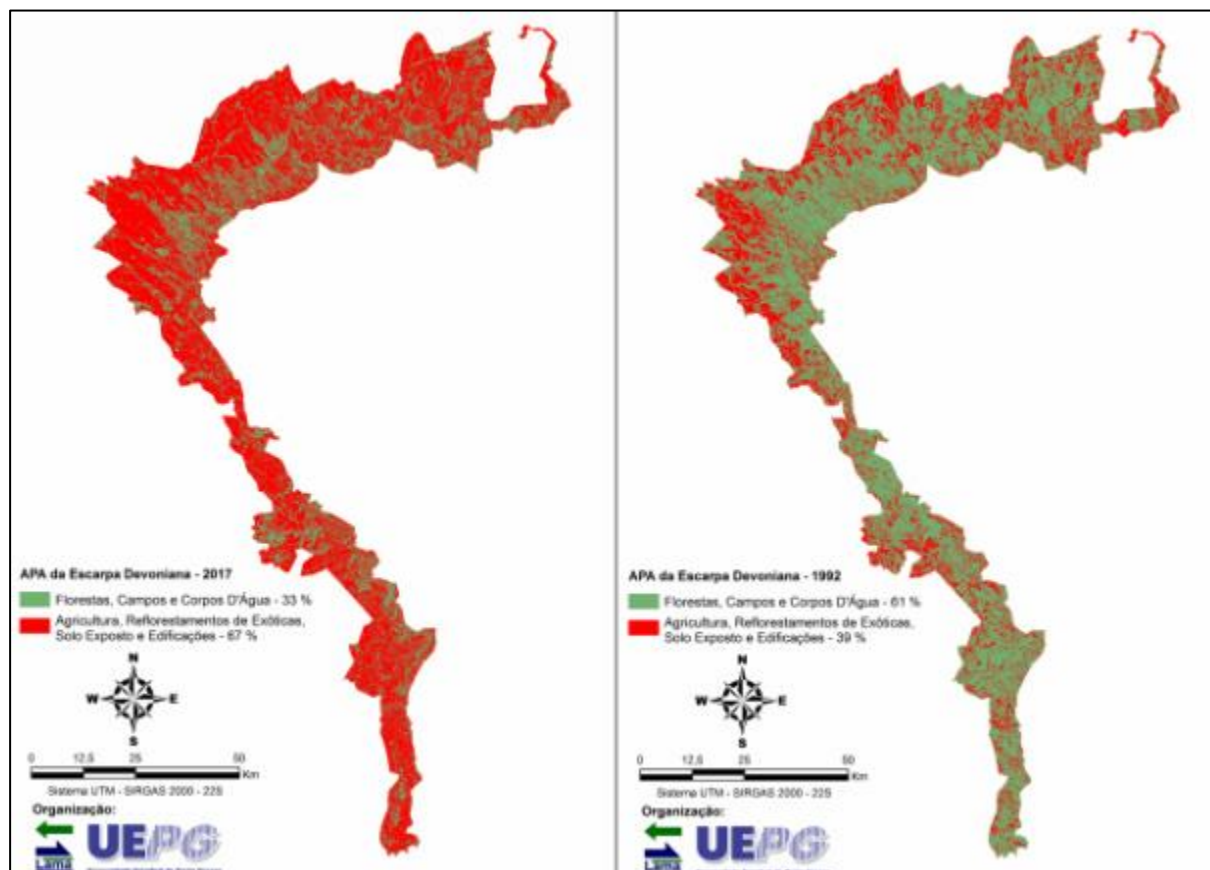
Nesse sentido, o governo do Paraná, através do Decreto nº 1.231/1992 criou a Área de Preservação Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, buscando garantir a integridade e a proteção ambiental do limite entre o Primeiro e o Segundo Planaltos Paranaenses. A criação da APA se encaixa dentro das prerrogativas preservacionistas presentes na Constituição de 1988, bem como do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 2000, que classifica as APA's como unidades de uso sustentável.

O SNUC define que em cada APA seja estabelecido um Plano de Manejo, documento que irá nortear os diferentes usos da terra e condicionar as atividades econômicas da APA a partir de práticas sustentáveis. Além disso, prevê a criação de um Conselho Gestor com a função de ser um comitê deliberativo, composto por entidades públicas e privadas, que irão discutir de maneira democrática toda e qualquer modificação do Plano de Manejo, bem como, dos limites territoriais da APA.

Criada em 1992, a APA da Escarpa Devoniana teve seu Plano de Manejo aprovado no ano de 2004 e seu Conselho Gestor instituído somente no ano de 2013. Esse descaso temporal para estabelecer as diretrizes administrativas da APA permitiu com que as atividades agrícolas e de reflorestamento exótico avançassem sobre os limites de proteção da unidade de conservação. Nesse intervalo de tempo, houve, portanto, um avanço das monoculturas mecanizadas e do plantio de *pinus sp*, espécie vegetal que se configura como a principal matéria prima das indústrias do polo de papel e celulose presentes nos Campos Gerais do Paraná.

<sup>5</sup> Artigo publicado em: <http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/area-protetida-no-parana-pode-ter-sua-dimensao-reduzida-para-menos-de-um-terco/>. Acesso em 22/09/2017.

As informações contidas no Mapa 1 comprovam a drástica redução das áreas em verde, que representam áreas de preservação nativa da Escarpa Devoniana, contrastando com as áreas em vermelho, que ilustram as áreas consolidadas de agricultura e reflorestamento.



**Mapa 1: Uso do solo e preservação nos limites da APA da Escarpa Devoniana (2017 e 1992).**  
 Fonte: LAMA/UEPG (2017).

Em 1992, a APA possuía 61% de suas áreas preservadas, diante de 39% de áreas voltadas às atividades agrícolas e reflorestamento com espécies exóticas. Já o mapa de 2017 mostra uma inversão dos dados. Apenas 33% da área da APA permanecem preservadas, diante de 67% de áreas com atividades agrícolas e extrativistas consolidadas.

São dados que comprovam a forte pressão das atividades extrativistas sobre a APA e nos colocam alguns questionamentos sobre as prerrogativas e justificativas que embasam o projeto de lei nº 527/2016. Este projeto foi elaborado por parlamentares da bancada ruralista do Paraná e pretende reconfigurar os limites da APA, reduzindo os atuais 392 mil hectares para apenas 126 mil hectares. Uma redução abusiva que poderia comprometer ainda mais o patrimônio natural e o ecossistema dos Campos Gerais.

Cabe destacar que o parecer técnico que embasou este projeto foi elaborado pela Fundação ABC, instituição de pesquisa agropecuária associada às cooperativas de imigrantes holandeses. Além disso, a elaboração do projeto sequer passou pelo Conselho Gestor do APA, o que denota uma argumentação para a inconstitucionalidade do projeto.

Segundo algumas entidades do estado do Paraná que têm se posicionado contra a aprovação deste projeto – como o Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Ministério Público do Estado do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil/PR<sup>6</sup> –, esta redução drástica nos limites da APA poderia acentuar ainda mais os impactos ambientais, além de contribuir para descaracterizar os poucos remanescentes do ecossistema dos Campos Gerais. Ademais, alega-se que, do ponto de vista jurídico, o projeto está fundamentado a partir de diversos preceitos inconstitucionais, o que o torna ainda mais frágil e suscetível de revogação.

De um lado, o setor ruralista argumenta que é necessária uma revisão atual dos limites da APA a partir da utilização de instrumentos técnicos de georreferenciamento mais sofisticados do que os utilizados em 1992. Também alegam a necessidade de uma “segurança jurídica aos produtores rurais inseridos na APA para produzir sem implicar nas restrições atribuídas às unidades de conservação” (GUIMARÃES, 2017). Por outro lado, o setor ambientalista e demais setores que se posicionam contra o projeto enxergam uma tentativa de anistia a crimes ambientais que já são cometidos dentro da APA, reproduzindo o mesmo mecanismo de anistia presente na aprovação do Novo Código Florestal. Além disso, atestam para a redução do ICMS ecológico que seria provocado com a redução das áreas de conservação.

Trata-se, portanto, de um embate político que vem se manifestando sobre a sociedade paranaense e, principalmente, pelos municípios que fazem parte da APA da Escarpa Devoniana. A tramitação do projeto na Assembleia Legislativa do Paraná, quando da realização deste trabalho, encontra-se em discussão dentro de diversas Comissões da casa legislativa e ainda não possui um prazo para ser votada em plenário.

---

<sup>6</sup> <http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2017/03/oab-afirma-que-reducao-da-area-de-protecao-ambiental-e-inconstitucional.html>. Acesso em 22/09/2017.

<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/mp-pr-recomenda-que-governo-nao-reduza-area-da-escarpa-devoniana-8hovse0ouy4wjvqdq3bdapmno>. Acesso em 22/09.2017.

## Considerações Finais

O levantamento do IPARDES (2004, p.71) citado nesse trabalho demonstra como as mesorregiões Centro Oriental e Centro Sul paranaense apresentam os maiores índices de concentração fundiária do estado. De certa forma, o avanço da fronteira agrícola e o modelo de agricultura liderado pelas cooperativas holandesas contribuíram para o predomínio de grandes propriedades rurais na região.

As cooperativas de imigrantes holandeses presentes na região (Carambeí, Castro e Arapoti) tiveram papel fundamental na introdução e no desenvolvimento de sistemas intensivos de produção agrícola. Além disso, estiveram à frente do processo de reprodução das monoculturas mecanizadas voltadas ao mercado externo, contribuindo para a entrada do modelo de agricultura científica globalizada na região.

Da mesma forma, “os agricultores da região dos Campos Gerais pertencem em sua maioria a classes sociais com maior poder aquisitivo e utilizam técnicas advindas da Revolução Verde” (NETO; ROCHA, 2007, p.187). Há de se destacar que as práticas desse modelo de produção agrícola são potencialmente degradantes ao meio ambiente. A agricultura científica é fundamentada por um sistema de manejo que depende, fielmente, do uso de fertilizantes e agroquímicos e necessita de vastas áreas para ser implantada.

Dessa forma, a modernização da agricultura nos Campos Gerais ocasionou significativas transformações na paisagem rural. Esse processo, conduzido majoritariamente pelas cooperativas holandesas, acabou contribuindo para uma série de transformações ambientais na região, introduzindo um novo uso do solo voltado à inserção de grandes lavouras mecanizadas.

Por isso, cabe destacar que a reprodução do modelo de agricultura intensiva, aos moldes da Revolução Verde, comprometeu a integridade dos recursos naturais da região. Tanto nas culturas de verão (soja, milho, feijão, batata), quanto de inverno (aveia, trigo, azevém), a utilização e difusão dos produtos fitossanitários tornaram-se constantes.

Reconhecendo as cooperativas holandesas enquanto agentes de organização do espaço rural paranaense, concluímos que essas instituições acompanharam historicamente o ritmo de reprodução do capital e a dinâmica do setor agrícola do país. Conseqüentemente, reproduziram os interesses do Estado em seu projeto modernizador aplicado junto às políticas agrícolas.

Ao introduzirem técnicas pioneiras no preparo do solo, como o plantio direto, conseguiram promover uma agricultura aos moldes da Revolução Verde num solo de baixa aptidão agrícola, característico dos Campos Gerais do Paraná. Ao praticarem uma agricultura fortemente mecanizada, as cooperativas contribuíram para acentuar os impactos socioambientais no rural paranaense, visto pelo grande nível de intervenção técnica e modificação natural que esse modelo de agricultura carrega.

Ademais, essas cooperativas se encontram vinculadas à elaboração e tramitação do projeto de lei nº 527/2016, uma vez que o parecer técnico do projeto foi produzido por uma instituição ligada aos interesses dos produtores cooperados. Como agentes políticos, as cooperativas passam a desenvolver mecanismos que reproduzam seus interesses econômicos sobre o espaço rural. Entretanto, não manifestam preocupação com as implicações ambientais e sociais que a redução de uma rica e importante unidade de conservação do estado do Paraná poderia ocasionar.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Edu, S; AUED, Idaletto, M. Modernização e produção da miséria nos Campos Gerais do Paraná. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, nº13, p.221-245, 2008.

BELIK, Walter. *Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação*. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.11, p.58-75, 1994.

CAZAROTTO, Sinome; PEREIRA, Wellington. As Cooperativas de Produção Agroindustrial no Paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) como seu Agente Indutor de Desenvolvimento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.122, p.177-200, jan./jun. 2012

CUNHA, Luis, A, G. *Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional*. UFRRJ: Tese de Doutorado em Geografia. Seropédica, 2003.

\_\_\_\_\_. Cooperar é preciso, viver também: a Batavo Cooperativa Agroindustrial e sua obra nos Campos Gerais. In: CHAVES, Niltonci B. (org). *Imigrantes – Immigranten. História da imigração holandesa na região dos Campos Gerais, 1911-2011*. Ponta Grossa, Estúdio texto, 2011.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FAJARDO, Sergio. *Territorialidades corporativas no rural paranaense*. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2008.



FUNDAÇÃO ABC. *Fundação ABC: 25 anos de pesquisa a serviço do produtor*. Castro: ed do autor, 2009.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras Regionais: Mesorregião Centro Oriental Paranaense*. Curitiba, Editora BRDE, 2004.

KOOY, Hendrik A. *Carambeí 75 anos: 1911-1986*. Castro: Editora Kugler, 1986.

MAACK, R. *Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná*. Curitiba, Arquivos de Biologia e Tecnologia, v.II, p.102-200, 1948.

MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo. Editora da Unesp, 2000

MELO, Mário, S; MORO, Rosemeri, S; GUIMARÃES, Gilson, B. Os Campos Gerais do Paraná. In: *Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná*. MELO, Mário S.; MORO, Rosemeri; GUIMARÃES Gilson, B. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2007

PINHO, Diva B. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

ROCHA, Carlos, H.; NETO, Pedro H. W. Origens dos sistemas de produção e fragmentação da paisagem nos Campos Gerais. In: *Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná*. MELO, Mário S.; MORO, Rosemeri; GUIMARÃES Gilson, B. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2007.

\_\_\_\_\_. Caracterização da produção agropecuária e implicações ambientais nos Campos Gerais. In: *Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná*. MELO, Mário S.; MORO, Rosemeri; GUIMARÃES Gilson, B. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2007.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 2001.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v.8, n.16, p.6-37, ago, 2013.

<http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisalegislativa/proposicao?idProposicao=66840>